

ASSISTÊNCIA SOCIAL SOB O “OLHAR” DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO¹

Aline Neri NOBRE²
Rutinéa Alves FERREIRA³

RESUMO

O presente texto tem como propósito analisar o significado da Assistência Social sob o “olhar” dos profissionais da Educação. O estudo constitui num estudo de caso, sob o enfoque da pesquisa qualitativa. Os dados resultantes do estudo indicam que a Assistência Social como política de direito ainda continua invisível, embora os mesmos reconheçam a importância da parceria entre Educação e Assistência Social e a necessidade da inserção do Serviço Social no espaço escolar.

Palavras-chave: assistência social, educação, cidadania e serviço social.

¹ Este artigo é uma versão adaptada de parte da monografia apresentada ao curso de Serviço Social/Unimontes, 2006, intitulada “As Representações Sociais sobre Assistência Social em uma Comunidade Escolar de Montes Claros/MG: um estudo de caso”.

² Professora de História do Ensino Médio da rede pública/MG e assistente social. *Correspondência para E-mail:* <nerinobre@ig.com.br>.

³ Professora do Curso de Serviço Social da Unimontes e assistente social. E-mail: <rutemoc@ig.com.br>.

⁴ Informativo do CRESS/MG - 6ª Região, ano 14, n°47, 2007, p.3.

INTRODUÇÃO

A política da Assistência Social passa por mudanças significativas, tanto pela aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, quanto pela implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Nesse sentido, acredita-se que os profissionais da área, em especial os assistentes sociais, passam por um período de grandes expectativas em relação a essa nova fase. É um momento de grandes desafios e pode-se até mesmo acrescentar de expansão do mercado de trabalho para os assistentes sociais, haja vista o aumento da discussão em relação à inserção desse profissional no campo educacional, em especial na rede pública de ensino.

Em Minas Gerais, esse debate já desencadeou calorosas discussões na Assembléia Legislativa a qual aprovou a Lei 16.683/07, sancionada em janeiro de 2007 “que autoriza o poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do Estado”.

Entretanto, as discussões que ocorrem no Poder Legislativo em muitos Estados e municípios da federação, assim como nas Universidades, ressaltam, fundamentalmente, a necessidade da inserção do Serviço Social nas escolas. Todavia, não analisam as concepções que os profissionais da Educação têm sobre o papel do mesmo e nem da própria Assistência Social.

À luz dessa constatação, torna-se necessário refletir se há possibilidade de os assistentes sociais construir uma intervenção qualificada, direcionada para a defesa dos direitos, se não conhecem os significados que os profissionais da Educação têm sobre os programas ou projetos sociais dos quais muitos alunos participam.

Diante do exposto, questiona-se: Qual a dimensão do conhecimento dos profissionais da Educação a respeito da Assistência Social? Eles reconhecem-na como política social pública? Qual é o papel do assistente social na escola, na percepção desses profissionais?

Tendo essa problemática como ponto de partida, o objetivo do presente estudo é analisar o “olhar” dos profissionais da Educação

sobre a Assistência Social, identificando a necessidade e a importância de se conhecer esses significados na busca da intersectorialidade entre ambas políticas para o fortalecimento da cidadania. Esta pesquisa parte-se da hipótese de que a Assistência Social, ainda, continua invisível para a maioria das pessoas e que os profissionais da Educação, na sua grande maioria, tendem a associar os programas sociais à prática da benevolência e dessa forma, não os concebem como objetivos da política de Assistência Social.

Nesses termos, considera-se que conhecer os significados sobre a Assistência Social pelos profissionais da Educação pode contribuir para que os sujeitos sociais possam repensar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrindo novas alternativas para preservar e efetuar direitos. Que sejam capazes de mediar, de forma mais efetiva, as demandas que se evidenciam no espaço sócio-educacional.

Assim, foi delimitado como espaço para a pesquisa de campo um estabelecimento escolar da rede pública de ensino de Montes Claros-MG. Quanto ao processo investigativo, optou-se por uma abordagem, prioritariamente, qualitativa, técnicas de entrevistas semi-estruturadas e foram utilizadas gravações em fitas cassetes, com prévio consentimento dos entrevistados. Na análise dos dados, considerou-se a proposta de interpretação qualitativa de dados, denominada por Minayo (2002) de método hermenêutico-dialético. Nesses termos, participaram dessa pesquisa 04 professores, 01 pedagogo e 01 vice-diretora, totalizando 06 profissionais da Educação.

ASSISTÊNCIA SOCIAL: POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITO

Inicialmente é importante dizer que apesar de concordar com Schons (2003) ao afirmar que os direitos sociais não são efetivamente concretizados no Brasil e reconhecer as ambigüidades que estão presentes na concepção da Assistência Social como direito, este estudo trabalha com a teoria de que essa fragilidade dos direitos sociais, ainda tão forte no Brasil, não invalida o status da Assistência Social como direito.

Desse modo, Assistência Social é abordada na concepção de uma política social pública, entendida como "um conjunto de

responsabilidades públicas do Estado que deverá exercê-las de forma descentralizada, participativa e afiançadora de direitos” (SPOSATI, 2004, p.36).

Cabe assinalar que a política educacional é percebida também como direito social, apesar de a mesma não ter se consolidado até o momento como um direito efetivo e universalmente garantido pelo Estado.

Isso posto, a literatura tem mostrado que as políticas sociais brasileiras ainda não têm conseguido garantir efetivamente os direitos sociais. Os motivos são vários. Desde os de ordem estrutural, como desemprego, má distribuição de renda, a pouca efetividade da intervenção social. Conseqüentemente, a maioria dos programas sociais também não tem sido capaz de enfrentar a pobreza, pois, em geral, acontece de forma isolada, individualizada, sem tratar a “Questão Social”⁵ em sua globalidade (YAZBEK, 2003).

No caso da Assistência Social, essa problemática torna-se mais grave, porque a mesma ainda não está consolidada em nosso país como política pública de direito. Há inúmeros desafios que a mesma precisa enfrentar. Ao refletir sobre esses desafios, Yazbek (2004) faz algumas considerações significativas.

Segundo a autora, apesar da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, ter reafirmado uma concepção de Assistência Social como política social pública de direito, não foi capaz de romper com a cultura clientelista, assistencialista, tuteladora que perpassa a nossa sociedade. E essa cultura patrimonialista acaba por não permitir a autonomia de seus usuários, até porque não há um reconhecimento de direitos.

Em uma outra consideração, Yazbek (2004) afirma que as ações assistenciais têm dificuldades de provocar uma inclusão social. Isso acontece porque, além de não haver uma “intersectorialidade” entre as diversas políticas sociais, elas ainda são pontuais, seletivas e focalizadas, não ocorrendo; desse modo, uma efetiva proteção social.

⁵ Questão social aqui entendida como o “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2001, p.27).

O terceiro argumento refere-se à construção da gestão descentralizada e participativa defendidos pela Constituição de 88. Até que ponto, são construídos espaços em que os usuários possam efetivamente exercer o controle social da política de Assistência Social?

Segundo Yazbek (2004), na maioria das vezes, não há um controle dos serviços prestados, nem pelas entidades e nem pelo próprio poder público. Faltam informações, pois em geral, as ações não são publicizadas. Essa falta de controle atinge até mesmo a questão do financiamento e gestão da política de Assistência Social e em especial, a gestão dos Fundos nacional, estadual e municipal, pois, não ocorre efetivamente um controle e participação social.

Por último, Yazbek (2004) refere-se aos impactos da Assistência Social na vida do seu público-alvo. Essa política, da maneira como está sendo conduzida pelos governos neoliberais, pode se tornar tanto um instrumento de emancipação, de autonomia, de inclusão dos menos favorecidos, como pode ser também o contrário; ser uma política excludente, do favor, pois seleciona entre os excluídos, os mais excluídos, entre os pobres, os mais pobres.

Refletindo, ainda, sobre os desafios para a consolidação da Assistência Social como política social pública de direito, Carvalho (2000) afirma que a discussão sobre essa política ainda se encontra fechada no interior da categoria de assistentes sociais. Além disso, são poucas as produções realizadas por outros estudiosos de outras áreas da política social, em especial a da Assistência Social.

Carvalho (2000), reforçando as idéias de Yazbek (2004), sustenta ainda que o público-alvo da Assistência Social tem pouco poder de pressão sobre a gestão das políticas públicas, devido a sua condição de seletividade e fragmentação. Assim, na maioria das vezes, as entidades de representação dos usuários não os representam, pois, os mesmos acabam não tendo fóruns públicos de interlocução política com voz e poder.

Nesses termos, estudos têm mostrado que a Assistência Social, por si só, não tem condições de resolver a enorme desigualdade presente em nosso país. Recorrendo às idéias de Carvalho (2000), é mister que a Assistência Social saia do papel de coadjuvante, que tenha mais visibilidade, reconhecimento perante a opinião pública como política social pública de direito.

Em resumo, é imprescindível que se busque interlocução com as demais políticas públicas, objetivando romper com a cultura predominante de que a missão da política de Assistência Social é oferecer proteções compensatórias e emergenciais. Assim, essa política em interface com outras, precisa possibilitar serviços contínuos que promovam, efetivamente, a cidadania de todos aqueles a quem dela necessitarem.

Assim, como fazer uma interlocução mais efetiva na construção de uma sociedade mais justa, mais cidadã? De que forma a escola pode contribuir para o exercício da cidadania? Mas o que é, hoje, educar para a cidadania? Nesse sentido, busca-se na próxima seção refletir um pouco sobre essa questão.

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Saviani (1985), apesar de não aprofundar essa questão, defende a teoria de que é imprescindível que haja a socialização do conhecimento formal. Em outras palavras, torna-se necessário que a população tenha acesso à cultura letrada, visto que para o autor, essa é a especificidade própria da Educação, cumprindo dessa forma uma função política.

É inegável que ter acesso ao conhecimento de conteúdos é um passo importante para o processo da cidadania, contudo, só possuir o conhecimento formal não garante a cidadania, até porque muitos brasileiros que têm acesso à escola não têm seus direitos efetivamente garantidos, “vivem na condição de não-cidadãos, ou marginais” (FERREIRA, 1993, p.12).

Nesses termos, a cidadania vai além do acesso ao conhecimento sistematizado na escola. Giroux⁶, (apud FERREIRA, 1993), faz uma discussão importante sobre as teorias educacionais contemporâneas e analisa como essas teorias tratam a questão da cidadania. Para isso, ele trabalha com o critério da racionalidade e

⁶ GIROUX, Henry. *Teoria Crítica e Resistência em Educação*. Petrópolis, Vozes, 1986.

agrupa as teorias em três grandes concepções, a saber: racionalidade técnica, racionalidade hermenêutica e a racionalidade emancipatória.

A racionalidade técnica é definida como uma epistemologia da prática derivada do positivismo, trabalha, portanto, com os princípios da "predição e do controle" (FERREIRA, 1993, p.13). Nessa racionalidade, a formação da cidadania passa pela concepção de adaptação, de ajustar o indivíduo para integrá-lo à sociedade. Ou seja, a Educação tem como finalidade disciplinar, conformar o indivíduo às regras da sociedade. Assim, a cidadania se funda na idéia de adaptação, de formação de modelos comportamentais, considerados ideais aos indivíduos e todos devem se adequar a estes modelos.

Por conseguinte, nessa racionalidade o interesse é a dominação. Trabalha com a idéia do consenso social e dessa forma, não há uma preocupação de trabalhar as contradições da sociedade, já que a mesma é vista como harmônica, o indivíduo é que precisa ser corrigido para integrar à sociedade.

Ao contrário da racionalidade técnica, a racionalidade hermenêutica tem como pressuposto a Fenomenologia, cujo interesse é a comunicação. A hermenêutica se liga a "leitura dos signos", que seriam referências explicativas do sentido dos fatos. Nessa concepção, a "educação para a cidadania deve lidar com os valores e motivações dos próprios alunos, visando sempre a um diálogo unificador dos homens" (FERREIRA, 1993, p.14).

Giroux, (apud FERREIRA, 1993), critica essa abordagem, quando a mesma focaliza na consciência individual o poder de atribuir significados ao mundo. Desta forma, essa abordagem perde de vista as discussões sobre relações de poder e ideologia, não discute os aspectos políticos inerentes à atividade educacional. A formação da cidadania se dá de forma a educar os alunos para construir uma sociedade melhor, mais igualitária, na qual haja comunicação intersubjetiva.

O terceiro tipo de racionalidade apontado por Giroux é a racionalidade emancipatória, cujo interesse é a libertação do homem. Essa admite a superação da hermenêutica avançando na crítica às relações sociais, emancipação dos homens e nas relações de poder.

A emancipação se dará pela dialética da crítica/ação na sociedade, porém não aborda a questão da luta de classe ou organização política para a transformação social, embora reconheça que o cerne da questão é político.

Nesses termos, acredita-se que a escola além de proporcionar aos alunos os saberes formais, precisa também estar voltada para uma ação reflexiva e nesse caso, os professores têm um papel fundamental, pois segundo Giroux (apud FERREIRA, 1993), o professor é “um intelectual transformador”. Ou seja, o trabalho docente tem que ser necessariamente um trabalho de pensamento e reflexão, não podendo, portanto ficar restrito ao trabalho meramente instrumental e técnico.

E, partindo dessa reflexão, Freire (1979) também apresenta estudos que destacam a importância de uma reflexão sobre a ação no processo educativo. Reflexão essa, que possa provocar efetivamente mudanças significativas, ou melhor, que estejam comprometidos socialmente com os segmentos menos favorecidos. Nas palavras do próprio autor,

Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de “distanciar-se” dele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformá-lo e, transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se (FREIRE, 1979, p.17).

Nessa perspectiva, aparecem outros atores como Arroyo (2000), que acrescenta discussões sobre a necessidade da educação escolar trabalhar as múltiplas expressões da “Questão Social” que aparecem em sala de aula. A escola não pode fechar os olhos para os diversos problemas que os alunos trazem para o ambiente escolar. Em outras palavras, “que desumanidade carregam para a escola e como fazemos para recuperar a humanidade que lhes foi roubada? Qual é o nosso olhar de mestres quando chegam à escola?” (ARROYO, 2000, p.245).

Desse modo, torna-se fundamental fazer uma interface entre as políticas sociais, e no caso especial, a Educação e Assistência Social, pois a sociedade está cada vez mais complexa, portanto, as expressões da "Questão Social" estão mais presentes no ambiente escolar: discriminações, exclusão, pobreza, preconceito, dentre outras. Assim, é necessária uma interlocução entre essas políticas setoriais, conforme Demo (2006),

Toda política social isolada não tem efeito, pelo menos não o efeito pretendido. É que a realidade social, sendo complexa ao extremo, não cabe em nenhuma proposta setorial [...] Assistência social é direito de cidadania, incondicional para quem dela precisa, dirige-se ao direito radical de sobrevivência e cumpre aí função própria. Educação também é direito de cidadania, obrigação em certa idade, aí tipicamente universal, voltando-se para a constituição do sujeito social capaz de história própria, autônomo, crítico e criativo. Ambas parecem mundos muito diferentes, mas, apesar das óbvias diferenças, são instrumentos da mesma orquestra. Precisam tocar juntas (DEMO, 2006, mimeo, grifos da autora).

Isso posto, ressalta-se mais uma vez a importância de se buscar uma maior interlocução entre Assistência Social e Educação, sem desprezar obviamente as outras políticas setoriais. Assim, o que pensam os profissionais da educação sobre Assistência Social? O propósito foi possibilitá-los a palavra, ouvi-los para melhor compreensão da temática.

ANÁLISE DOS DADOS

O grupo entrevistado inclui profissionais que apresentam diferentes áreas de formação. Professora/História é bacharel em Ciências Sociais, exerce a profissão de professora há 8 anos; professora/Português é formada em Letras/Inglês, trabalha com Literatura e Português, tem 14 anos de magistério; professora/

Matemática tem 14 anos dedicados à Educação, trabalha em três instituições de ensino, entre elas, o SESI; pedagoga, atua no Ensino Fundamental e por último a vice-diretora, formada em Geografia e tem 25 anos de profissão.

Inicia-se a análise a partir do relato da professora/Matemática.

Bom, o que eu sei sobre assistência social é mais relacionado à função do assistente social... a única relação que eu tive com assistência social foi quando... eu também trabalho no SESI⁷, e a assistente social vinha fazer entrevista para fornecer Bolsa de Estudo... eram perguntas sobre a renda. [...] o assistente social para mim é um profissional que orienta, que ajuda as pessoas que estão com dificuldades... é vamos dizer, não é bem relacionamento não... é de vida, sabe, relacionamento de vida? A se encontrar, a resolver... resolver não, mostrar, juntos a encontrar uma solução para o problema, é isso que eu entendo [...] (Professora/Matemática).

Nota-se que se interpenetram Assistência Social e o profissional que atua na área, nesse caso, mais precisamente com o próprio assistente social. Interessante ressaltar que o assistente social aparece como um profissional que seleciona, entre os necessitados, os mais necessitados, característica essa que permeia as políticas sociais brasileiras, em especial, a Assistência Social. E segundo Yazbek (2003, p.150), “separar os mais necessitados (...) vem se constituindo em uma das atribuições historicamente persistentes dos assistentes sociais”.

Além disso, observa-se no relato da referida professora, a vinculação que existe entre a Assistência Social e ajuda/orientação. Nesse caso, o assistente social aparece como um profissional que presta um atendimento psicossocial e pode-se até mesmo dizer uma

⁷ O Serviço Social da Indústria (SESI) foi oficializado em 1946. Sobre o papel do SESI, ver Iamamoto (2000).

educação moral. Assim, essa relação entre Assistência Social e ajuda, também está presente em outros depoimentos, acrescentando também aspectos importantes.

•

Eu acho que é atender as necessidades da sociedade. Hoje o mundo moderno, todo mundo trabalhando, todo mundo correndo, então a família está ficando muito a desejar. A família está delegando poderes a terceiros para educar os filhos, então é onde que a assistência social tem que está interagindo (vice-diretora).

Percebe-se em quase todo o depoimento da vice-diretora, um reconhecimento de que a família passa por transformações, e a escola acaba também recebendo as contradições pelas quais passa a nossa sociedade, uma vez que os alunos trazem para o ambiente escolar todas as múltiplas expressões da "Questão Social". Sobre esse assunto, Quintão (2005, p.2) argumenta.

A escola é uma porta de entrada comunitária. Além de seu papel pedagógico, formador e de socialização, ela é depositária dos conflitos, limites, esperanças e possibilidades sociais. A escola recebe e expressa as contradições da sociedade [...]. Hoje professores e diretores se desdobram na tarefa de ouvir, compreender e mediar sozinhos, quantas vezes sem condições para isso, as influências da dura realidade social sobre a vida escolar.

Ademais, o depoimento da vice-diretora confirma a idéia exposta acima, pois sua fala evidencia a necessidade da inserção do Serviço Social na escola para melhor mediar os conflitos existentes no ambiente escolar.

Outro aspecto importante destacado nas entrevistas é uma concepção que identifica a Assistência Social como uma subpolítica que dá acesso as outras políticas sociais. Na fala da supervisora, por

exemplo, são citados habitação, alimentação e desemprego, como se Assistência Social fosse um passaporte para o indivíduo acessar outros direitos.

Eu acho que assistência social é uma forma de estar ajudando, de estar olhando mesmo por aquelas pessoas que estão inseridas nos problemas sociais, na questão do desemprego, na falta de habitação, na falta de alimentação, desestrutura familiar mesmo [...] (Pedagoga).

Em outras palavras, está presente nessa fala uma idéia de inespecificidade da Assistência Social. Sobre esse assunto, Sposati (2004) faz uma reflexão interessante quando afirma que é mister estabelecer a particularidade da política da Assistência Social para que seja consolidado o paradigma do direito da mesma, pois segundo a autora, a “política de Assistência Social entendida como *processante* de outras políticas sociais configura uma hierarquia entre as políticas sociais e atribui à Assistência Social um lugar supletivo e de mediação” (SPOSATI, 2004, p.38, grifo da autora).

Nesse sentido, se a Assistência Social não é vista como política social pública e seu significado está intimamente ligado à ação, à prática e à própria relação com o assistente social; como são percebidos os programas sociais?

Eu percebo como assistencialismo (Professora/História).

(...) Eu acho muito bom [...] está na Constituição, direito de alimentação, educação, lazer, mas na prática isso não funciona, mas é obrigação do Estado sim, é onde nós vamos trabalhar nossos jovens, propondo uma sociedade melhor (vice-diretora).

Vejo os programas sociais como ponto positivo. Apesar de muita gente não concordar e achar que deva oferecer o emprego. Acredito que na falta do emprego, deve sim, oferecer ao indivíduo o auxílio social. Afinal, trata-se de um ser humano que necessita de ajuda para não morrer de fome (Professora/ Portugêses).

Assim, observa-se que os depoimentos trazem bastantes concepções de ajuda, transitando entre direito e assistencialismo. Além disso, pode-se até mesmo notar sua identificação como um ato subjetivo, de motivação moral e pelo sentimento de pena, como está presente na fala da professora/Portugueses.

Além dessas observações, vê-se que nas falas de alguns sujeitos sociais, Assistência Social está muito relacionada ao comodismo, principalmente em relação aos adultos. Assim, para alguns, os programas sociais são bem vistos desde que sejam direcionados tão somente para os filhos, e não para a família como um todo.

Eu acho que a assistência social não deveria gerar dinheiro, eu acho que deveria gerar atividades, onde o aluno estaria vinculado à escola [...] Realmente eu concordo que acomoda um pouco, não todos, porque sobreviver com 90 reais é muita comodidade, mas desde que a família continuasse trabalhando, era uma ajuda para o aluno (salienta) e não para a família [...] (vice-diretora).

[...] eu acho que a pessoa que recebe um programa do governo se ele for mais velho, acomoda, acha que aquilo é o suficiente [...]. Eu vejo que quando é o jovem que recebe uma ajuda, ele muda [...] Ele passa acreditar mais nele, sabe? [...] mas diretamente para os pais, igual acontece com o Bolsa-Família, eu não vejo resultado... por exemplo, tinha uma menina que trabalhava em casa. Na casa dela ninguém trabalhava... Moravam na roça. Aí eu falava: mas como vocês se sustentam? Ela falou assim: dá para viver com isso. Na época juntando tudo, dava uns 90 reais e pouco. Ninguém trabalhava, o pai, a mãe, os irmãos. Viviam dessa bolsa. Os programas para a juventude têm mais resultados porque são direcionados para eles [...], mas quando são direcionados à família [...] não funcionam como política social, funcionam como bolsa alimentação, sobrevivência (Professora/Matemática).

Optou-se por destacar a situação relatada acima para trazer para esse estudo algumas reflexões: Se há famílias que trabalham

na zona rural e estão sobrevivendo com o programa Bolsa Família, isso faz pensar em algumas questões. Como eram as condições de trabalho dessas famílias antes de receber a Bolsa Família? Para quem trabalhavam? Em que condições viviam? São algumas indagações para refletir sobre os resultados das políticas sociais que têm sido implementadas nos últimos anos no Brasil.

Desse modo, com base no relato acima, se algumas famílias estão tendo um nível de vida independente da sua participação no mercado - aqui se toma os estudos de Esping-Andersen (1991), com a sua teoria da desmercantilização- se as mesmas estão tendo oportunidade de escolher entre trabalhar ou não em determinadas condições, esse relato tende a concluir que apesar de todas os desafios que a Assistência Social enfrenta no Brasil, a mesma está permitindo a emancipação dos indivíduos da dependência do mercado, que à luz da teoria de Esping-Andersen (1991) é um aspecto importante, já que pode significar a desproletarização e não um processo de comodismo como é entendido por alguns entrevistados.

E, para terminar, se os problemas familiares já interferem diretamente no espaço escolar, como destacou a vice-diretora, de que forma a escola tem abordado essa questão? Como interagir escola e família? Qual seria o papel do assistente social, na percepção dos sujeitos sociais dessa categoria?

Acho que a gente não tem oportunidade de fazer discussões sobre cidadania [...] a escola está muito preocupada em passar conteúdo [...]. Primeiro, o professor leva uma vida totalmente atribulada, ele não tem condições de preparar uma discussão assim, pois trabalha de manhã, trabalha à tarde, à noite, não tem condições de ter só um cargo, porque então ele não consegue se manter, então ele tem que ter dois, tem ter três, é complicado, para o professor, fica complicado para o aluno e vai virando aquela bola de neve... a gente vai tentando, tentando fazer uma coisa aqui, outra ali, aí fica meio assim apagando incêndio [...] (Pedagoga).

Com base na fala da supervisora, observa-se que as escolas, como já apontam alguns estudos, têm apresentado dificuldades em

conciliar educação para a competitividade e educação para a cidadania social. Isso faz refletir que a racionalidade emancipatória tão bem analisada por Giroux (apud FERREIRA, 1993), às vezes não acontece de fato na escola, apesar da mesma receber e expressar as contradições da sociedade, como se nota nos depoimentos seguintes.

Eu acho, volto a repetir, a ajuda vai ser fundamental onde o assistente social vai estar nos ajudando a interagir com a família e tentar sanar em parte os problemas (vice-diretora).

Ah, eu acho muito bom. Oh, eu acho que a gente tem que ter cuidado para não confundir o assistente social com o psicólogo, eu acho que tem muita confusão. [...]. Penso que o serviço social dentro da escola vai ser um vínculo entre a escola e a família, vai ser a ponte, a assistência social pode ajudar tanto o aluno a melhorar o seu relacionamento com a família, pois a família hoje está desmoronada [risos] [...] (Professora/Matemática).

Observa-se, portanto, que há uma percepção de que as famílias passam por profundas modificações, como afirma a própria professora/Matemática, a família está "desmoronando". Na verdade o que podemos apreender das falas é uma angústia, um sentimento de frustração, diríamos até mesmo uma idéia de falência e incapacidade de lidar com os novos desafios que a sociedade moderna nos coloca. No entanto, não se deve conceber essa demanda, como fato isolado, mas sim como conseqüência das mudanças que acontecem no contexto atual (MIOTO, 2006).

Vale ressaltar também que o termo "família desestruturada" permeia as concepções de alguns profissionais e, dessa forma, conforme Mito (2006), o consenso existente sobre as mudanças do modelo de família tem se limitado a estrutura e composição do modelo familiar sem fazer uma análise mais profunda sobre as funções familiares.

Desse modo, as mudanças que ora passam as famílias também é percebida na fala seguinte.

[...] Fundamental em vários aspectos: saúde, nutrição. Se o aluno é bem alimentado, ele aprende. A escola está sobrecarregada, pois a família vem transferindo em parte a sua responsabilidade para a escola. Eu vejo a assistência social como uma via, pois a educação sozinha não dá mais conta de resolver os problemas que acontecem na escola (Professora/História).

Vale destacar nessa fala, que há um reconhecimento da intersetorialidade de políticas para melhor enfrentar as demandas que chegam à escola. Sabe-se que as múltiplas expressões da “Questão Social” que chegam à escola não podem ser enfrentados como situações isoladas, autônomas, sem relação com as causas estruturais que os produzem.

Para terminar essa seção, destaca-se outra fala que expressa o reconhecimento da necessidade do assistente social na escola.

Eu acho bom. Tudo que vem agregar a educação, somar é altamente positivo. Assistência Social poderia estar assistindo não somente os nossos alunos carentes, mas a família também. Poderia envolver estes alunos em atividades esportivas, cursos profissionalizantes. A família poderia ser envolvida em palestras, cursos profissionalizantes [...]. O Serviço Social poderia contribuir na aproximação, ser o elo de ligação (Professora/Português).

Sobre esse assunto, Almeida (2005, p.6) argumenta que as ações dos assistentes sociais no estabelecimento escolar podem possibilitar o acesso aos serviços sociais e fortalecer os “processos sócio-institucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais”. Segundo o autor, a Educação deve ser compreendida numa “dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais” (ALMEIDA, 2005, p.6).

Isso posto, a inserção do Serviço Social na escola constitui, então, uma busca de fortalecimento das políticas sociais. Torna-se necessário um trabalho coletivo entre profissionais da Educação e

os assistentes sociais para que aconteça efetivamente uma educação de fato cidadã, que proporcione aos alunos e suas respectivas famílias acesso aos direitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou que no âmbito da escola pesquisada, a Assistência Social como política social pública, apesar dos avanços, continua ainda invisível para os entrevistados. Ela é identificada como forma imediatista, compensatória, assistencialista, ajuda, dentre outros significados.

Percebe-se também que os entrevistados reconhecem a necessidade da Assistência Social, todavia, compreendê-la como direito numa perspectiva de política social não está muito clara para os mesmos. Em geral, eles utilizam os termos ajuda, orientação, dentre outros. Além disso, os mesmos acreditam com menor intensidade a professora/Português e a pedagoga, que os programas sociais direcionados aos adultos geram acomodação e dependência. Daí a defesa de alguns entrevistados pela implantação de programas sociais direcionadas à juventude.

A necessidade da inserção do Serviço Social na escola e a importância de uma parceria entre Educação e Assistência Social é consenso entre todos os profissionais. Entretanto, em todos os depoimentos, o papel do assistente social no estabelecimento escolar aparece limitado à mediação entre família e escola.

Ademais, percebe-se, apesar de não ser objetivo desse estudo, que a escola pesquisada ainda continua voltada muito mais para um conteúdo sistematizado do que para uma transformação social, utilizando aqui a concepção de Freire (1979).

E para finalizar essas considerações, segue-se uma fala da professora/Matemática. Após a entrevista, foi colocada para a mesma sobre a política da Assistência Social ser considerada pela atual Constituição Federal como direito social. De forma bastante reflexiva, ela questionou:

Oh... assistência social como política social, eu não sabia, é novo... A partir do momento em que as pessoas ficam

sabendo podem lutar por isso. Eu acho que por ser nova, nova que eu falo assim, no sentido das pessoas conhecerem, deveria ser mais divulgado [...] mais discutido na comunidade, sabe? E a população sabe? Como ela vai cobrar, se ela nem sabe que tem esse direito? As próprias escolas, elas têm consciência que é um direito? Principalmente discutir o papel dessa política, as pessoas confundem...é só para os meninos que fazem parte do grupo de risco? E para medir uma necessidade, como que é? (Professora/Matemática).

Nesse sentido, a fala acima evidencia a importância da inserção do Serviço Social no ambiente escolar, como um dos instrumentos para melhor publicizar essa política e como uma forma de contribuir para que a Assistência Social se afirme efetivamente como direito social e espaço de ampliação da cidadania. De acordo com Almeida (2005, p.6), compreender Serviço Social na escola, é pensar em uma “educação cidadã na busca de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos é crucial”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N.L.T. A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimento educacionais. In: QUINTÃO, A. **O Serviço Social e a Política Pública de Educação**. Belo Horizonte, 2005, p.1-13.

ARROYO, M.G. **Ofício de Mestre**: imagens e auto-imagens. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARVALHO, M.C.B. A Política de Assistência Social no Brasil: dilemas na conquista de sua legitimidade. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.62. São Paulo: Cortez, 2000, p.145-155.

DEMO, P. **Serviço Social e Educação**: uma parceria bem possível e muito desejável [mensagem pessoal]. Disponível em: <nerinobre@ig.com.br>. Acesso em: 2 maio 2006 (mimeo).

ESPINGANDERSEN, G. As Três Economias Políticas do Welfare State. In: **Lua Nova**, n.24, 1991.

FERREIRA, N.T. **Cidadania**: uma questão para a educação. 7.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Trad. Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martins. 15.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IAMAMOTO, M.V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIOTO, R.C.T. Novas Propostas e Velhos Princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, A.; MATOS, M.C.; LEAL, C. (Orgs). **Política Social, Família e Juventude**. uma questão de direitos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006, p.43-59.

QUINTÃO, A. Políticas Públicas Sociais; o desafio da integração. In: **O Serviço Social e a Política Pública de Educação**. Belo Horizonte, 2005, p.1-13.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1985.

SCHONS, S.M. **Assistência Social entre a Ordem e a "Des-ordem"**: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSATI, A.O. Especificidade e Intersetorialidade da Política de Assistência Social. In: **Revista Social e Sociedade**, n.77, Ano XXV, março, 2004, p.30-53.

YAZBEK, M.C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

YAZBEK, M.C. As Ambigüidades da Assistência Social Brasileira após Dez Anos de LOAS. In: **Serviço social & sociedade**, n.77, v.25, mar. 2004, p. 11-29.

